

**Fátima Santos**

---

**De:** Berta Tavares

**Enviado:** quarta-feira, 27 de Outubro de 2010 15:03

**Para:** arquivo

**Assunto:** FW: Pareceres do Conselho de Ilha de São Jorge

**Anexos:** PARECER DO CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE.doc

**De:** MISERICORDIA VELAS- E-mail geral [mailto:misericordiavelas@mail.telepac.pt]

**Enviada:** quarta-feira, 27 de Outubro de 2010 14:39

**Para:** app

**Assunto:** Pareceres do Conselho de Ilha de São Jorge

**Importância:** Alta

**Gabinete de Apoio ao Processo Parlamentar**  
**Ao cuidado da Dona Manuela Rosa**

Junto envio a V.Ex.<sup>a</sup> os Pareceres deste Conselho de Ilha sobre o Parque Natural da Ilha de São Jorge e sobre o Plano Regional de Investimentos para 2011.

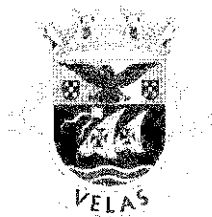
Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Conselho de Ilha

António Frederico Correia Maciel

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <b>3977</b>	Proc. Nº <b>102</b>
Data: <b>01/10/27</b> Nº <b>16</b> / <b>2010</b>	

27-10-2010



## **PARECER DO CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL QUE CRIA O PARQUE NATURAL DE SÃO JORGE**

O Conselho da Ilha de São Jorge reunido no passado dia 21 de Outubro do corrente ano, analisou o documento em epígrafe e sobre o mesmo teceu as seguintes considerações:

O Conselho da Ilha de S. Jorge concluiu que os documentos sobre os quais lhe são pedidos pareceres dimanam geralmente da Assembleia Legislativa Regional na fase em que os mesmos já foram enviados àquele órgão de Governo Próprio para decisão final.

### **Ora**

Tem este Conselho de Ilha verificado que o envio de tais documentos peca por tardia, na medida em que tal envio não é feito na fase de elaboração dos mesmos - altura essa em que mais facilmente poderiam ser introduzidas alterações! - mas são enviados já na fase de aprovação política, quando os aspectos técnicos já se encontram contemplados e encerrados, restando apenas a tomada das decisões políticas que, como é natural, são já influenciadas pela correlação das forças político/partidárias que compõem a Assembleia Legislativa Regional, encurtando, assim, a margem de manobra para acolhimento de eventuais propostas de alteração ao documento que for enviado para análise.

### **Por outro lado**

Analisámos ainda o espaço de tempo que, por norma, nos é concedido para análise dos documentos enviados concluindo pela sua curta duração já que os próprios Grupos Parlamentares e a Assembleia Legislativa Regional têm sempre o objectivo de não atrasar no seu seio as propostas que lhe são enviadas pelo Executivo e, por isso, não podem dispor do tempo que seria aconselhável para o Conselho de Ilha se pronunciar sobre as matérias objecto de pedido de parecer.

### **Assim sendo**

Propomos que a auscultação dos Conselho de Ilha seja efectuada em fase mais recuada da elaboração dos documentos para que a nossa participação seja efectiva e não apenas uma pró-forma como habitualmente se verifica.

Relativamente ao documento, e porque ele é complementado por outros anteriores em que as nossas sugestões não tiveram qualquer tipo de acolhimento, apenas alertamos para que o excesso de legislação sobre o ambiente e a paisagem não pode deixar de ter presente que a qualidade de vida das populações e a preservação do meio de que dispõem são os objectivos e que tais medidas não devem constituir um fim *em si*.

Velas, 21 de Outubro de 2010

O Presidente da Mesa do Conselho de Ilha de S. Jorge

António Frederico Correia Maciel